

Análises dos Balanços Patrimoniais dos anos de 2022 e 2023 do Estado de São Paulo com suporte da teoria da divulgação

Analysis of the Balance Sheets for the years 2022 and 2023 of the State of São Paulo supported by the disclosure theory

Análisis de los Balances de los años 2022 y 2023 del Estado de São Paulo apoyado en la teoría de la divulgación

Recebido: 07/03/2025 | Revisado: 13/03/2025 | Aceitado: 13/03/2025 | Publicado: 18/03/2025

Carla Fernanda Bezerra da Cruz

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-8946-8728>
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
E-mail: carla@conntar.com.br

Cássia Raquel Lira Monteiro

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-3966-814X>
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
E-mail: cassiamonteiro25@gmail.com

Maurício Correa da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2036-5237>
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
E-mail: mauricio.correa@ufrn.br

Victor Branco de Holanda

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1905-8563>
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
E-mail: victorbrholanda@gmail.com

Resumo

Este estudo tem o objetivo de analisar se existem inconsistências contábeis nos balanços patrimoniais do Estado de São Paulo nos anos de 2022 e 2023, utilizando a Teoria da Divulgação como suporte teórico. Os dados desta investigação foram extraídos do Portal de Transparência do Estado de São Paulo, do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI, do site Visão Integrada das Dívidas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e do Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios – SADIPEM. Os resultados revelaram a existência de inconsistências contábeis nos Balanços Patrimoniais dos anos 2022 e 2023 do Estado de São Paulo: divergência entre os valores do Passivo Exigível com o Passivo Real; inconsistências nos valores dos Restos a Pagar processados e não processados; o ativo e o passivo não representam a situação financeira e patrimonial do Estado de São Paulo, pois foram encontradas divergências nos valores divulgados. Por fim, com base na Teoria da Divulgação (*Theory of Disclosure*), conclui-se que os valores registrados nos balanços patrimoniais dos anos de 2022 e 2023 não refletem adequadamente a real situação do Patrimônio Público do Estado de São Paulo.

Palavras-chave: Balanço patrimonial; Inconsistências contábeis; Estado de São Paulo; Teoria da Divulgação.

Abstract

This study aims to analyze whether there are accounting inconsistencies in the balance sheets of the State of São Paulo for the years 2022 and 2023, using the Disclosure Theory as theoretical support. The data for this investigation were extracted from the Transparency Portal of the state of São Paulo, the Accounting and Tax Information System of the Brazilian Public Sector – SICONFI, the website Integrated View of the Debts of the Union, States, Federal District and Municipalities, and the System for Analysis of Public Debt, Credit Operations and Guarantees of the Union, States and Municipalities – SADIPEM. The results revealed the existence of accounting inconsistencies in the Balance Sheets for the years 2022 and 2023 of the State of São Paulo: discrepancy between the amounts of Payable Liabilities and Real Liabilities; inconsistencies in the amounts of Remaining Payables processed and not processed; The assets and liabilities do not represent the financial and equity situation of the State of São Paulo, as discrepancies were found in the amounts disclosed. Finally, based on the Theory of Disclosure, it is concluded that the amounts recorded in the balance sheets for the years 2022 and 2023 do not adequately reflect the real situation of the Public Assets of the State of São Paulo.

Keywords: Balance sheet; Accounting inconsistencies; State of São Paulo; Disclosure Theory.

Resumen

Este estudio tiene como objetivo analizar si existen inconsistencias contables en los balances del Estado de São Paulo en los años 2022 y 2023, utilizando la Teoría de la Divulgación como sustento teórico. Los datos para esta investigación fueron extraídos del Portal de Transparencia del Estado São Paulo, del Sistema de Información Contable y Tributaria del Sector Público Brasileño – SICONFI, del sitio web Visión Integrada de las Deudas de la Unión, Estados, Distrito Federal y Municipios y del Sistema de Análisis de la Deuda Pública, Operaciones de Crédito y Garantías de la Unión, Estados y Municipios – SADIPEM. Los resultados revelaron la existencia de inconsistencias contables en los Balances de los años 2022 y 2023 del Estado de São Paulo: discrepancia entre los valores de los Pasivos por Pagar y los Pasivos Reales; inconsistencias en los montos de Pagos Pendientes procesados y no procesados; Los activos y pasivos no representan la situación financiera y patrimonial del Estado de São Paulo, pues se encontraron discrepancias en los valores revelados. Finalmente, con base en la Teoría de la Divulgación, se concluye que los valores registrados en los balances de los años 2022 y 2023 no reflejan adecuadamente la situación real del Patrimonio Público del Estado de São Paulo.

Palabras clave: Balance general; Inconsistencias contables; Estado de Sao Paulo; Teoría de la Divulgación.

1. Introdução

A contabilidade pública no Brasil é regulamentada por diversas leis e normas que garantem a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos. Entre as principais, destaca-se a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 (Brasil, 1964) e a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (Brasil, 2000), além das diversas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBC TSP, criadas a partir da convergência às normas internacionais, surgindo, assim, a nova contabilidade aplicada ao setor público, que, conforme Silva (2023), tem como finalidade assegurar a transparência e a ampla divulgação das demonstrações contábeis e fiscais do setor público no Brasil.

A Lei nº 4.320/1964 (Brasil, 1964), em seu capítulo IV, artigo 101, determina a elaboração, ao final de cada exercício, dos seguintes demonstrativos: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais. Com o processo de convergência e amparado pela Portaria nº 184, de 25 de agosto de 2008 do Ministro da Fazenda (Brasil, 2008), a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) incorporou novos modelos de demonstrativos contábeis, como a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, e ainda as Notas Explicativas.

O Balanço Patrimonial é um demonstrativo contábil que revela a situação patrimonial da entidade pública, apresentando tanto os valores quantitativos quanto qualitativos dos recursos e obrigações. Além disso, inclui os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação, com a função de controle (Brasil, 1964).

Na nova contabilidade pública, as contas de ativo e passivo passaram a ser classificadas de forma semelhante ao setor privado, dividindo-se em Ativo e Passivo Circulante e Não Circulante. No entanto, para atender às exigências da Lei 4.320/1964 (Brasil, 1964), recepcionada como lei complementar em diversos dispositivos devido à ausência de uma legislação complementar específica sobre contabilidade pública (Brasil, 1988), é necessário apresentar em anexo um Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes.

Além disso, os registros contábeis (orçamentário, patrimonial e de controle), baseados no novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), não incluem os Restos a Pagar Não Processados como registros patrimoniais. Assim, torna-se necessário registrar esses valores de forma extracontábil para garantir a sua adequada evidenciação (Silva & Oliveira, 2023).

A divulgação das informações contábeis do setor público brasileiro é assegurada pela legislação vigente (Brasil, 1988; 1964; 2000; 2011). A Teoria da Divulgação (*Theory of Disclosure*) tem como pioneiros os pesquisadores Robert E. Verrecchia e Ronald A. Dye ao explicarem fenômenos da divulgação de informações financeiras das empresas, utilizando a pesquisa contábil positiva e pode ser aplicada ao setor público (Silva, Oliveira & Celestino, 2023).

Segundo Dye (2001), a Teoria da Divulgação é bem interessante na luz que lança sobre como interpretar o silêncio, isto é, a ausência de informações permite concluir que tem algo errado. Verrecchia (2001) explica que padrões contábeis de alta qualidade poderá ser eficientes na proporção em que leva a redução no componente de assimetria da informação.

Os pesquisadores Silva et al. (2025), Silva (2023) e Silva e Oliveira (2023) utilizaram a Teoria da Divulgação aplicada ao setor público para analisaram os Balanços Patrimoniais das cidades de Natal – RN e São Paulo (SP) e do Governo Federal, respectivamente, e encontram inconsistências contábeis (distorções de valores), tais como: divergência entre os valores do Passivo Exigível com o Passivo Real; falta de evidenciação dos Restos a Pagar Não Processados; falta de definição do valor das exigibilidades (Passivo) por divergência de valores demonstrados nos Balanços Patrimoniais com as dívidas flutuantes, consolidadas e outras.

Diante do exposto, surge a seguinte lacuna teórica: **Existem inconsistências contábeis no Balanço Patrimonial do Estado de São Paulo, nos anos de 2022 e 2023?** O objetivo deste estudo é analisar se existem inconsistências contábeis nos Balanços Patrimoniais do Estado de São Paulo nos anos de 2022 e 2023, utilizando a Teoria da Divulgação como suporte teórico.

A relevância desse estudo está amparada na importância em analisar os Balanços Patrimoniais do Estado de São Paulo, um dos mais importantes e economicamente representativo Estado brasileiro, oferecendo uma oportunidade para compreender a sua situação patrimonial, além de avaliar o cumprimento das leis e normas reguladoras da contabilidade pública.

Por fim, este estudo tem o potencial de reduzir a assimetria informacional, assim como aprimorar o *disclosure* e a transparência das informações disponíveis nos canais de divulgação como sites oficiais do governo.

2. Revisão da Literatura

2.1 Teoria da Divulgação (*Theory of Disclosure*) aplicada ao Setor Público

A contabilidade busca fornecer informações relevantes para o controle e para a tomada de decisões pelos usuários (Favero *et al.*, 2006). Para Rover *et al.* (2012), a Teoria da Divulgação surgiu fundamentada em evidências práticas e em modelos de análise econômica, com o objetivo principal de compreender o fenômeno da divulgação de informações financeiras das empresas.

No Brasil, a divulgação de informações contábeis e fiscais no setor público é regulamentada por meio de normas (Brasil, 1964, 1988, 2000, 2011), que estabelecem a obrigatoriedade da publicação de balanços e relatórios fiscais. De acordo com Silva (2023), os entes federativos devem divulgar suas contas de forma transparente, assegurando o acesso à informação pela sociedade. Além disso, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) é responsável pela elaboração de normas para a consolidação das contas públicas, promovendo a conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Segundo Iudícibus (2015), a divulgação das informações deve, ao mesmo tempo, serem adequadas, justas e completas. De acordo com Van Breda e Hendriksen (1999), a divulgação adequada corresponde ao mínimo de divulgação compatível para evitar que as demonstrações sejam enganosas. A divulgação justa está relacionada ao objetivo ético de tratamento equitativo de todos os leitores em potencial, ou seja, toda a sociedade visando o controle social. Por fim, a divulgação completa consiste na divulgação de toda a informação relevante, uma vez que a ausência dela impacta a fidedignidade das conclusões dos demonstrativos contábeis e fiscais.

Conforme Dye (2001), a Teoria da Divulgação é interessante na luz que lança sobre como interpretar o silêncio, ou de forma mais geral, menos do que a revelação total. O autor relata que uma pessoa apresentou um currículo que parece extraordinário, exceto por um intervalo não contabilizado de 15 anos após a formatura da faculdade. A teoria nos permite inferir que a pessoa estava na prisão, na pós-graduação, ou envolvida em alguma outra atividade nefasta durante esse longo intervalo de tempo.

Verrecchia (2001) explica que a literatura contábil deve tratar da divulgação em três categorias. A primeira diz que a divulgação deve ser baseada em associação, isto é, deve divulgar o efeito das mudanças ocorridas nos ativos. A segunda categoria deve considerar a divulgação baseada em discricionariedade com o fim de divulgar informações sobre as quais possam ter conhecimento e na terceira categoria a divulgação deve ser baseada em eficiência para reduzir a assimetria informacional.

A Teoria da Divulgação (*Theory of Disclosure*) ao ser aplicada no setor público pode ser incluída na terceira categoria, que reporta que a divulgação deve ser baseada em eficiência para reduzir a assimetria informacional, bem como interpretar o silêncio, ou seja, para fazer as conclusões sobre as informações distorcidas encontradas e divergências de valores encontrados ao analisar o mesmo demonstrativo em sites diferentes (Silva; Oliveira & Celestino, 2023).

2.2 Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público (DCASP)

Com o início do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade pública no Brasil, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) emitiu portarias que estabeleceu diretrizes para os entes do setor público sobre os procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) editou resoluções como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC TSP. Assim, surgiu a nova contabilidade aplicada ao setor público, que segundo Silva (2023), tem como objetivo promover a transparência e a ampla divulgação das demonstrações contábeis e fiscais do setor público brasileiro.

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) têm como propósito apresentar, de maneira clara e objetiva, todas as informações relacionadas ao patrimônio das entidades públicas (Silva & Leitão, 2020). Dessa forma, de acordo com Marques, *et al.* (2022), Mendes e Costa (2022), essas demonstrações contábeis convergidas aos padrões internacionais dão suporte à tomada de decisões e garantem a prestação de contas e possibilitam o controle social.

De acordo com Silva e Oliveira (2024), embora a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) deva observar as disposições da Lei nº 4.320/1964 (Brasil, 1964), na prática, os novos modelos de demonstrativos contábeis apresentam divergências em relação à lei. A falta de divulgação dos Anexos 16 e 17, que tratam da Dívida Fundada e da Dívida Flutuante, é um exemplo disso. Esses anexos são essenciais para analisar o passivo das entidades públicas, conforme Art. 92 que trata sobre dívida flutuante e Art. 98 sobre dívida fundada na Lei nº 4.320/1964 (Brasil, 1964), e nos Art. 30, 31 e 63 que tratam sobre dívida consolidada constados na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Brasil, 2000).

2.2.1 Balanço Patrimonial (BP)

O Balanço Patrimonial é um demonstrativo contábil que revela a situação patrimonial da entidade pública, apresentando tanto os valores quantitativos quanto qualitativos dos recursos e obrigações. Além disso, inclui os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação, com a função de controle (Brasil, 1964). As contas patrimoniais são organizadas em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. Apenas as contas das classes 1 e 2 são registradas, juntamente com o saldo resultante das classes 3 e 4, representando o déficit ou superávit patrimonial (Silva & Oliveira, 2024).

O Balanço Patrimonial é exigido no setor privado pelas instituições financeiras para a liberação de empréstimos. No setor público, para os Estados e os Municípios obterem garantia ou aval do Governo Federal para a obtenção de empréstimos o referido demonstrativo não é analisado (Silva, 2023). A classificação da capacidade de pagamento (CAPAG) dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios pleiteantes de garantia ou aval da União é verificada com a análise dos indicadores econômico-financeiros de endividamento, poupança corrente e liquidez extraídos do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), conforme previsto na Portaria do Ministério da Economia nº 5.623, de 22 de junho de 2022 (Brasil, 2022).

A nova estrutura do Balanço Patrimonial (BP) foi copiada do setor privado (Ativo e Passivo Circulante e Não Circulante e Patrimônio Líquido). Contudo, não se pode fazer análises de indicadores de liquidez; indicadores da estrutura de capital

(endividamento); indicadores de rentabilidade da mesma forma que se faz no setor privado. Essas afirmações podem ser dirimidas com a publicação de Silva (2017), no seu livro denominado de Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis, publicadas pela Editora Atlas em que são analisadas as demonstrações contábeis do setor privado. No caso das análises específicas do setor público, além das apresentadas e discutidas no livro de Silva (2012), devem ser realizadas outros tipos de análises: indicadores de execução orçamentária e financeira; indicadores de execução patrimonial e indicadores gerais. Os indicadores têm abordagem de indicadores positivos (quanto maior – melhor e indicadores negativos (quanto maior – pior).

De acordo com Silva e Oliveira (2024), os principais indicadores que podem ser analisados no Balanço Patrimonial (BP) são: Superávit Financeiro; Liquidez Corrente (capacidade de pagamento); Índice de Liquidez com Passivos Financeiros e Indicadores de Execução Patrimonial.

De acordo com a Lei 4.320/64 (Brasil, 1964), em seu art. 105, o Balanço Patrimonial é composto por Ativo Financeiro, Passivo Financeiro, Ativo Permanente, Passivo Permanente, saldo patrimonial e contas de compensação. Segundo Silva e Oliveira (2023), a soma do Ativo Financeiro e do Ativo Permanente forma o Ativo Real, enquanto a soma do Passivo Financeiro e do Passivo Permanente resulta no Passivo Real. A diferença entre eles indica o saldo patrimonial, que pode ser positivo (Ativo Real Líquido) ou negativo (Passivo Real a Descoberto).

O Passivo Financeiro compreende a Dívida Flutuante (Anexo 17) e outras dívidas. A Dívida Flutuante está descrita no artigo 92 da Lei nº 4.320/1964, e engloba restos a pagar, serviços da dívida, depósitos e débitos de tesouraria. A Dívida Fundada (Anexo 16) refere-se a compromissos com exigibilidade superior a doze meses, conforme o artigo 98 da mesma lei. Já as Contas de Compensação registram atos patrimoniais que não alteram o patrimônio de imediato, mas podem futuramente (Santos & Peixe, 2022; Filho & Moura, 2023).

A partir do surgimento da Nova Contabilidade Pública, a estrutura contábil passou por mudanças. Segundo Silva (2023), agora, o Balanço Patrimonial divide o Ativo e o Passivo em Circulante e Não Circulante, com base na liquidez e exigibilidade dentro de 12 meses, seguindo o mesmo modelo utilizado na contabilidade privada. Para Silva (2018), o patrimônio público, evidenciado no Balanço Patrimonial é formado por bens e valores, disponibilidades financeiras, dívidas ativas, bens de uso especial e dominicais. Também inclui obrigações, como valores a pagar com pessoal, fornecedores, dívidas flutuantes e consolidadas, e precatórios.

De acordo com Silva, Oliveira e Celestino (2024), o Balanço Patrimonial Público deve ser analisado da seguinte forma: 1) Passivo Circulante + Passivo Não Circulante + Restos a Pagar Não Processados (Passivo Exigível) = Passivo Financeiro + Passivo Permanente (Passivo Real); 2) Passivo Financeiro = Dívida flutuante + RP Não processados + Outras Dívidas; 3) Passivo Permanente = Dívida consolidada/fundada (interna, externa e precatórios) + Outras Dívidas; 4) Restos a Pagar Totais = Restos a Pagar Processados + Restos a Pagar Não Processados; 5) Passivo (Exigível/exigibilidades totais) = Dívida flutuante + RP Não processados + Outras Dívidas + Dívida consolidada/fundada (interna, externa e precatórios) + Outras Dívidas.

3. Metodologia

Realizou-se uma pesquisa mista com uma parte de pesquisa documental de fonte direta a partir de dados extraídos de portais oficiais de fontes governamentais e, com abordagem quantitativa no trato com valores monetários de balanços patrimoniais (Pereira et al., 2018) e, parte baseada no método utilizado é o indutivo alinhado à perspectiva metodológica do empirismo. Segundo a corrente filosófica, o empirismo é uma abordagem que busca coletar dados diretamente na realidade, e baseado em observações e experiências, procura compreender, prever ou descrever fenômenos.

Os dados desta investigação foram extraídos do Portal de Transparência – São Paulo (São Paulo – Estado, 2025a), do site do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (São Paulo – Estado, 2025b), do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais

do Setor Público Brasileiro – SICONFI (Balanço Anual; Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO; Relatório de Gestão Fiscal – RGF) (Brasil, 2025a).

Foram extraídos também dados do site Visão Integrada das Dívidas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Brasil, 2025b) e do Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios - SADIPEM (Brasil, 2025c).

4. Resultados e Discussões

4.1 Balanço Patrimonial de 2022

A Tabela 1 apresenta os dados do Balanço Patrimonial do Estado de São Paulo no ano de 2022.

Tabela 1 – Dados utilizados para a conferência do Balanço Patrimonial de 2022 do Estado de São Paulo.

BALANÇO PATRIMONIAL DE 2022 (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA)			
AC	141.190.441.923	PC	82.613.298.062
ANC	402.617.497.377	PNC	1.096.731.562.115
		Passivo (Exigível)	1.179.344.860.177
		Patrimônio Líquido (PL)	-635.536.920.878
Ativo	543.807.939.300	Passivo + PL	543.807.939.299
Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes			
AF	102.959.312.369	PF	70.588.034.732
AP	450.473.756.621	PP	1.123.099.399.966
		Passivo (Real)	1.193.687.434.698
		Saldo Patrimonial	-640.254.365.707
Ativo Real	553.433.068.990	Passivo + Saldo Patrimonial	553.433.068.991
BALANÇO ANUAL 2022 (SICONFI)			
AC	141.190.441.923	PC	82.613.298.062,20
ANC	402.617.497.377	PNC	1.096.731.562.115,34
		Passivo (Exigível)	1.179.344.860.177,54
		Patrimônio Líquido (PL)	-635.536.920.877,68
Ativo	543.807.939.300	Passivo + PL	543.807.939.300
Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes			
AF	102.959.312.369	PF	70.588.034.732
AP	450.473.756.621	PP	1.123.099.399.966
		Passivo (Real)	1.193.687.434.698
		Saldo Patrimonial	-640.254.365.707,40
Ativo (Real)	553.433.068.990	Passivo + Saldo Patrimonial	553.433.068.990
6.3.1.1.0.00.00 - RP Não Processados a Liquidar			1.845.127.059
6.3.1.7.1.00.00 - RP Não Processados a Liquidar- Inscrição no Exercício			12.504.124.414
RREO - Anexo 14 - Restos a Pagar por Poder e Ministério Público			
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS			4.555.784.614,59
Poder Executivo			4.529.195.524,99
Poder Legislativo			21.347.110,21
Poder Judiciário			528.273,84
Ministério Público			4.203.628,05
Defensoria Pública			510.077,50

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	2.036.141.950,47
Poder Executivo	1.914.517.238,52
Poder Legislativo	22.226.946,28
Poder Judiciário	97.043.970,54
Ministério Público	2.301.683,61
Defensoria Pública	52.111,52
TOTAL	6.591.926.565,06
RREO - anexo 14	
RP Processados	4.555.784.614,59
RGF - anexo 2	
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)	332.206.846.922,68
Restos a Pagar Processados	22.754.495.434,59
Visão Integrada	
Dívida Consolidada	332.206.846.922,68
Valores não integrantes	813.680.757.371,10
Precatórios	28.999.327.490,97
Garantias concedidas	5.109.354.491,87
SADIPEM	
Dívida Consolidada – SADIPEM	332.206.846.922,68
Valores não integrantes da Dívida Consolidada	857.144.441.082,01
Garantias concedidas	5.109.354.491,87
Balanco Orçamentário de 2022	
RP Processados	4.555.784.615,00
RP Não Processados	2.036.141.950,00

Legenda: AC = Ativo Circulante; ANC = Ativo Não Circulante; PC = Passivo Circulante; PNC = Passivo Não Circulante; AF = Ativo Financeiro; AP = Ativo Permanente; PF = Passivo Financeiro; PP = Passivo Permanente; RP = Restos a Pagar; PL = Patrimônio Líquido, RREO = Relatório Resumido de Execução Orçamentária e RGF = Relatório de Gestão Fiscal. Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 1 apresenta inconsistência contábil na evidenciação do Ativo e Passivo no Balanço Patrimonial do Estado de São Paulo no ano de 2022. O Ativo elaborado conforme a nova contabilidade pública está menor com relação ao ativo evidenciado de acordo com a Lei 4.320/64 (Brasil, 1964), o mesmo ocorre com o Passivo elaborado de ambas as formas.

Observa-se, também, que o Patrimônio Líquido (PL) e Saldo Patrimonial apresentam valores diferentes, mesmo que ambos sejam calculados da mesma forma pela diferença do Ativo e Passivo. Isso ocorre, pois segundo Silva e Oliveira (2023) na nova contabilidade pública os valores dos Restos a Pagar Não Processados não são incluídos no passivo.

Com relação aos valores da Dívida Consolidada divulgada no Anexo 2 da RGF e nos sites da Visão Integrada e SADIPEM não houveram divergências. Mas com relação aos valores não integrantes da dívida há divergência entre o valor publicado no SADIPEM de R\$ 857.144.441.082,01 e da Visão integrada que é de R\$ 813.680.757.371,10, gerando uma diferença de R\$ 43.463.683.710,91. E com relação as garantias concedidas tanto os valores constados na Visão integrada quanto no SADIPEM são os mesmos, não gerando inconsistências quanto a isso.

A Tabela 2 apresenta as inconsistências detectadas no Balanço Patrimonial do Estado de São Paulo referentes ao exercício de 2022:

Tabela 2 – Inconsistências contábeis encontradas no Balanço Patrimonial de 2022 do Estado de São Paulo.

Inconsistências contábeis – Balanço Patrimonial de 2022 do Estado de São Paulo	
PORTAL DE TRANSPARÊNCIA	
Passivo (Exigível)	1.179.344.860.177,00
RP Não Processados	1.845.127.059,14
Somatório (Passivo Exigível + RP Não Processados)	1.181.189.987.236,14
Passivo (Real)	1.193.687.434.698,00
Divergência	12.497.447.461,86
Passivo (Exigível)	1.179.344.860.177,00
Passivo (Real)	1.193.687.434.698,00
Diferença entre o Passivo Exigível e o Passivo Real	
Divergência (valor não encontrado entre os RP Não Processados)	14.342.574.521,00
BALANÇO ANUAL / SICONFI	
Passivo (Exigível) - Balanço Anual / SICONFI	1.179.344.860.177,54
Passivo (Exigível) - Portal de Transparência 2022	1.179.344.860.177,00
Divergência	-0,54
Passivo (Real) - Balanço Anual / SICONFI	1.193.687.434.697,76
Passivo (Real) - Portal de Transparência 2022	1.193.687.434.698,00
Divergência	-0,24
Restos a Pagar Não Processados – RPNP	
Balanço Anual / SICONFI	1.845.127.059,14
RREO - Anexo 14	2.036.141.950,47
Balanço Orçamentário de 2022	2.036.141.950,00
Divergência com o Balanço Anual / SICONFI	-191.014.891,33
Restos a Pagar Processados – RPP	
RGF - anexo 2	22.754.495.434,59
Balanço Orçamentário de 2022	4.555.784.615,00
RREO - anexo 14	4.555.784.614,59
Divergência com o RGF	18.198.710.819,59

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se na Tabela 2 algumas inconsistências contábeis encontradas no Balanço Patrimonial de 2022. Ao analisar o valor do passivo elaborado pela nova contabilidade pública (Ativo e Passivo Circulante e Não Circulante) com os valores apresentados de acordo com a Lei 4.320/64 (Ativo e Passivo financeiro e permanente), encontra-se uma inconsistência, o passivo exigível adicionado aos Restos a Pagar Não Processados (RPNP) está menor em R\$ 12.497.447.461,86 em relação ao passivo real.

De acordo com Silva *et al.* (2025), a adição extracontábil dos RPNP com o passivo exigível ocorre, pois, as contas da classe 6 não são registradas no Balanço Patrimonial da nova contabilidade pública. Desse modo, são adicionados de forma extracontábil para apurar as exigibilidades (Passivo). Contudo, mesmo adicionando os RPNP ao passivo exigível ainda apresenta divergência com relação ao passivo real, no Balanço Patrimonial analisado.

Ao comparar o passivo exigível divulgado no Portal da Transparência do Estado de São Paulo com os dados apresentados no SICONFI, não foram identificadas inconsistências relevantes. Da mesma forma, a análise do passivo real divulgado em ambas as plataformas também não revelou discrepâncias significativas, uma vez que as diferenças observadas podem ser explicadas por questões de arredondamento.

Contudo, outras inconsistências foram encontradas com relação aos Restos a Pagar Não Processados (RPNP) e Restos a Pagar Processados (RPP). Os valores dos RPNP divulgado pelo SICONFI divergem dos valores divulgados no Anexo 14 do RREO e Balanço Orçamentário de 2022, gerando uma divergência a menor de R\$ 191.014.891,33. Já com relação aos RPP, o valor divulgado no anexo 2 do RGF é R\$ 18.198.710.819,59 maior que os valores divulgados no Balanço Orçamentário de 2022 e no Anexo 14 do RREO.

Não foram encontrados no Portal de Transparência do Estado de São Paulo os anexos 16 (Dívida Fundada/Consolidada) e 17 (Dívida Flutuante/Não Consolidada), previstos na Lei 4.320/1964 (Brasil, 1964), os quais, segundo Silva e Oliveira (2023) poderiam ser utilizados para confrontar os valores registrados como endividamento (Passivo Exigível).

O Balanço Patrimonial de 2022 foi apresentado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo por ocasião do Processo de Prestação de Contas para a emissão do Parecer Prévio (São Paulo, Estado, 2025b). O Parecer Prévio relata no item de Auditoria do Balanço Geral a não observância do Estado no atendimento às regras contábeis convergentes às normas internacionais, conforme padrão contábil vigente no Brasil e apontam inconsistências na mensuração de bens imóveis, no reconhecimento e mensuração por competência de obrigações trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, fornecedores e demais contas a pagar, além de divergências no reconhecimento dos passivos contingentes e outras provisões.

Dessa forma, conclui-se com base na Teoria da Divulgação (*Theory of Disclosure*), que o Ativo e o Passivo do Estado de São Paulo apresentado nas Tabelas 1 e 2, não representam a situação do Patrimônio Público no encerramento do ano de 2022.

4.2 Balanço Patrimonial de 2023

A Tabela 3 exibe os dados do Balanço Patrimonial do Estado de São Paulo referentes ao ano de 2023:

Tabela 3 – Dados utilizados para a conferência do Balanço Patrimonial de 2023 do Estado de São Paulo.

BALANÇO PATRIMONIAL DE 2023 (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA)			
AC	141.752.027.608	PC	87.192.808.570
ANC	323.779.765.570	PNC	1.324.557.683.265
		Passivo (Exigível)	1.411.750.491.835
		Patrimônio Líquido (PL)	-946.218.698.657
Ativo	465.531.793.178	Passivo + PL	465.531.793.178
Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes			
AF	86.799.641.450	PF	63.947.322.970
AP	388.357.281.418	PP	1.358.596.064.226
		Passivo (Real)	1.422.543.387.196
		Saldo Patrimonial	-947.386.464.328
Ativo Real	475.156.922.868	Passivo + Saldo Patrimonial	475.156.922.868
BALANÇO ANUAL (SICONFI)			
AC	141.752.027.608	PC	87.192.808.570,00
ANC	323.779.765.570	PNC	1.324.557.683.265,00
		Passivo (Exigível)	1.411.750.491.835,00
		Patrimônio Líquido (PL)	-946.218.698.657,00
Ativo	465.531.793.178	Passivo + PL	465.531.793.178
Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes			
AF	86.799.641.450	PF	63.947.322.970
AP	388.357.281.418	PP	1.358.596.064.226
		Passivo (Real)	1.422.543.387.196

	Saldo Patrimonial	- 947.386.464,328
Ativo (Real)	475.156.922,868	Passivo + Saldo Patrimonial
6.3.1.1.0.00.00 - RP Não Processados a Liquidar		2.012.448,404
6.3.1.7.1.00.00 - RP Não Processados a Liquidar- Inscrição no Exercício		8.795.164,796
RREO - Anexo 14 - Restos a Pagar por Poder e Ministério Público		
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		3.050.504.399,30
Poder Executivo		3.026.523.588,32
Poder Legislativo		20.967.845,88
Poder Judiciário		512.685,58
Ministério Público		1.480.739,20
Defensoria Pública		1.019.540,32
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		2.257.258.942,39
Poder Executivo		2.033.301.599,33
Poder Legislativo		31.298.528,45
Poder Judiciário		174.581.707,12
Ministério Público		17.971.937,49
Defensoria Pública		105.170,00
TOTAL		5.307.763.341,69
RREO - anexo 14		
RP Processados		3.050.504.399,30
RGF - anexo 2		
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)		347.336.600.618,37
Restos a Pagar Processados		20.567.514.920,24
Visão Integrada		
Dívida Consolidada		347.336.600.618,37
Valores não integrantes		814.421.747.958,31
Precatórios		30.612.258.784,07
Garantias concedidas		4.938.361.844,55
SADIPEM		
Dívida Consolidada - SADIPEM		347.336.600.618,37
Valores não integrantes da Dívida Consolidada		814.421.747.958,31
Garantias concedidas		4.938.361.844,55
Balanco Orçamentário de 2023		
RP Processados		3.050.504.399,00
RP Não Processados		2.257.258.942,00

Legenda: AC = Ativo Circulante; ANC = Ativo Não Circulante; PC = Passivo Circulante; PNC = Passivo Não Circulante; AF = Ativo Financeiro; AP = Ativo Permanente; PF = Passivo Financeiro; PP = Passivo Permanente; RP = Restos a Pagar; PL = Patrimônio Líquido; RREO = Relatório Resumido de Execução Orçamentária e RGF = Relatório de Gestão Fiscal. Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 3 apresenta inconsistência contábil na comparação entre o Ativo apurado pela estrutura da nova contabilidade pública e o Ativo evidenciado pela Lei 4320/1964 (Brasil, 1964). Os bens, direitos e valores estão evidenciados a menor. O mesmo ocorre com o Passivo elaborado de ambas as formas, visto que o Passivo Exigível está a menor que o passivo real, sem a inclusão dos valores dos Restos a Pagar Não Processados (RPNP).

Com relação aos valores divulgados no Anexo 2 do RGF, visão integrada e SADIPEM a respeito da Dívida Consolidada e Valores integrantes da Dívida, não foram apresentadas inconsistências.

Por fim, a Tabela 4 traz as inconsistências detectadas no Balanço Patrimonial do Estado de São Paulo referentes ao exercício de 2023:

Tabela 4 – Inconsistências contábeis encontradas no Balanço Patrimonial de 2023 do Estado de São Paulo.

Inconsistências contábeis – Balanço Patrimonial de 2023 do Estado de São Paulo	
PORTAL DE TRANSPARÊNCIA	
Passivo (Exigível)	1.411.750.491.835,00
RP Não Processados	2.012.448.403,74
Somatório (Passivo Exigível + RP Não Processados)	1.413.762.940.238,74
Passivo (Real)	1.422.543.387.196,00
Divergência	8.780.446.957,26
Passivo (Exigível)	1.411.750.491.835,00
Passivo (Real)	1.422.543.387.196,00
Diferença entre o Passivo Exigível e o Passivo Real	
Divergência (valor não encontrado entre os RP Não Processados)	10.792.895.361,00
BALANÇO ANUAL / SICONFI	
Passivo (Exigível) - Balanço Anual / SICONFI	1.411.750.491.835,00
Passivo (Exigível) - Portal de Transparência 2023	1.411.750.491.835,00
Divergência	0,00
Passivo (Real) - Balanço Anual / SICONFI	1.422.543.387.196,00
Passivo (Real) - Portal de Transparência 2023	1.422.543.387.196,00
Divergência	0,00
Restos a Pagar Não Processados – RPNP	
Balanço Anual / SICONFI	2.012.448.403,74
RREO - Anexo 14	2.257.258.942,39
Balanço Orçamentário de 2023	2.257.258.942,00
Divergência com o Balanço Anual / SICONFI	-244.810.538,65
Restos a Pagar Processados – RPP	
RGF - anexo 2	20.567.514.920,24
Balanço Orçamentário de 2023	3.050.504.399,00
RREO - anexo 14	3.050.504.399,30
Divergência com o RGF	17.517.010.521,24

Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se na Tabela 4 uma divergência contábil encontrada ao comparar os valores do Passivo, elaborados de acordo com as regras da nova contabilidade pública (classificados em Circulante e Não Circulante), com os valores obtidos entre Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, conforme determina a Lei 4.320/1964 (Brasil, 1964). Essa inconsistência é evidenciada pelo fato de o Passivo Exigível ser inferior ao Passivo Real em R\$ 10.792.895.361,00.

De acordo com Silva *et al.* (2025) a soma do Passivo Circulante e do Passivo Não Circulante (Passivo Exigível), acrescida das despesas com Restos a Pagar Não Processados, deve ser equivalente ao total do Passivo Financeiro e do Passivo Permanente (Passivo Real). Independentemente das metodologias utilizadas na elaboração, os valores do Passivo devem ser iguais. Dessa forma, pode-se observar que no Balanço Patrimonial analisado o Passivo Exigível + RPNP é menor que o Passivo Real.

Foram identificadas outras inconsistências contábeis nos valores dos Restos a Pagar Não Processados (RPNP) e dos Restos a Pagar Processados (RPP). No caso dos RPNP, os valores apresentados pelo SICONFI diferem dos divulgados no Anexo

14 do RREO e no Balanço Orçamentário de 2023, resultando em uma divergência a menor de R\$ 244.810.538,65. Quanto aos RPP, o valor informado no Anexo 2 do RGF é R\$ 17.517.010.521,24 superior aos valores registrados no Balanço Orçamentário de 2023 e no Anexo 14 do RREO.

No Portal de Transparência do Estado de São Paulo, não foram localizados os anexos 16 (Demonstrativo da Dívida Fundada/Consolidada) e 17 (Demonstrativo da Dívida Flutuante/Não Consolidada), conforme exigido pela Lei 4.320/1964 (Brasil, 1964). De acordo com Silva e Oliveira (2023), esses anexos poderiam servir para verificar e confrontar os valores registrados como endividamento (Passivo Exigível).

O Balanço Patrimonial de 2023 foi apresentado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo por ocasião do Processo de Prestação de Contas para a emissão do Parecer Prévio (São Paulo, Estado, 2025b). O Parecer Prévio relata no item de Auditoria do Balanço Geral algumas inconsistências como: no lado dos ativos, destacam-se falhas no reconhecimento e registro de bens imóveis, inconsistências em créditos a receber e discrepâncias nos investimentos e demonstrações contábeis das empresas estatais. Quanto aos passivos, observou-se falta de controle sobre precatórios, uso inadequado de contas contábeis e atrasos na baixa de pagamentos.

Observa-se que esta investigação convalida os achados das pesquisas de Silva et al. (2025), Silva (2023) e Silva e Oliveira (2023) que encontraram inconsistências contábeis ao analisarem os Balanços Patrimoniais no modelo instruído pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Uma das inconsistências se refere a questão de não poder conferir se as contas contábeis evidenciadas no Balanço Patrimonial possuem ou não o atributo do superávit ($P = \text{Patrimonial}$ e $F = \text{Financeiro}$), o qual não pode ser conferido com o Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes que é elaborado por saldos e não apresentam as contas contábeis de forma detalhada com os atributos de superávit. Os achados das referidas pesquisas reforçam o que propõem os pesquisadores Da Silva et al. (2025): sugestão de uma estrutura adequada para o Balanço Patrimonial Público, além de tentarem abrir o canal de comunicação com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para discutirem o tema.

Com base na Teoria da Divulgação (*Theory of Disclosure*), conclui-se que os valores do Ativo e do Passivo do Estado de São Paulo apresentados nas Tabelas 3 e 4 não refletem adequadamente a real situação do Patrimônio Público ao final do exercício de 2023.

5. Considerações Finais

No Brasil, a legislação do setor público exige a divulgação das informações contábeis e fiscais dos entes federativos. O Balanço Patrimonial é um demonstrativo contábil que revela a situação patrimonial da entidade pública, apresentando tanto os valores quantitativos quanto qualitativos dos recursos e obrigações.

Para a Teoria da Divulgação, uma divulgação de alta qualidade é considerada eficiente quando reduz a assimetria de informações, sendo relevante ao esclarecer como interpretar o silêncio, ou seja, a ausência de informações. Nesse contexto, a falta de informações pode levar à conclusão de que o documento não cumpre adequadamente o seu propósito.

Diante do exposto, esta investigação tem o objetivo de analisar se existem inconsistências contábeis nos Balanços Patrimoniais do Estado de São Paulo nos anos de 2022 e 2023, utilizando a Teoria da Divulgação como suporte teórico.

A partir das observações analisadas sobre as inconsistências, destacam os seguintes achados deste estudo:

- Inconsistência contábil na evidenciação do Ativo e Passivo no Balanço Patrimonial de 2022 e 2023;
- Divergência de valores do Passivo Exigível (Passivo Circulante e Não Circulante) com o Passivo Real (Passivo Financeiro e Passivo Permanente) nos anos de 2022 e 2023;
- Falta de registros e de operações extracontábeis para evidenciar o valor dos Restos a Pagar Não Processados como dívidas nos anos de 2022 e 2023;
- Inconsistências nos valores dos Restos a Pagar processados e não processados;

- Divergência nos Valores Não Integrantes da Dívida Consolidada divulgados no SADIPEM e Visão Integrada no ano de 2022;

- Falhas no reconhecimento e registro de bens imóveis, inconsistências em créditos a receber e discrepâncias nos investimentos e demonstrações contábeis das empresas estatais. Quanto aos passivos, observou-se falta de controle sobre precatórios, uso inadequado de contas contábeis e atrasos na baixa de pagamentos, conforme Auditoria do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

A pesquisa teve como limitação para análise a não divulgação, por parte do Estado de São Paulo, dos anexos 16 e 17, com a demonstração da dívida fundada e o demonstrativo da dívida fluente. Apesar disso, a pesquisa colaborou para o avanço na literatura das análises da integridade do Balanço Patrimonial.

Nos estudos futuros, recomenda-se a análise dos balanços patrimoniais de outros estados, municípios e da União. Neste ínterim, é fundamental considerar as normas específicas de elaboração, assim como observar a doutrina contábil sobre os elementos que compõem esse demonstrativo.

Finalizando esta investigação, observa-se que o problema de pesquisa foi solucionado. Foram demonstrados as seguintes inconsistências contábeis nos Balanços Patrimoniais dos anos de 2022 e 2023: divergência entre os valores do Passivo Exigível com o Passivo Real; falta de evidenciação dos Restos a Pagar Processados e Não Processados; o ativo e o passivo não representam a situação financeira e patrimonial do Estado de São Paulo, pois foram encontradas divergências nos valores divulgados nos sítios eletrônicos do Portal de Transparência do Estado de São Paulo, Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI, Visão Integrada das Dívidas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e do Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios – SADIPEM.

Referências

Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out.

Brasil (2000). *Lei complementar nº 101, de 4 de maio*. Lei de Responsabilidade Fiscal. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 maio.

Brasil (1964). *Lei nº 4.320, de 17 de março*. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 mar.

Brasil (2011). *Lei nº 12.527, de 18 de novembro*. Regula o acesso a informações previstas na Constituição Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 nov.

Brasil (2008). *Portaria nº 184, de 25 de agosto*. Ministro da Fazenda. Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 de agosto.

Brasil (2022). *Portaria ME nº 5.623, de 22 de junho de 2022* - Ministério da Economia. Estabelece os critérios para análise da capacidade de pagamento, da suficiência das contragarantias, do custo das operações de crédito e para a concessão de garantias da União. Diário Oficial da União, Brasília, 24 de junho.

Brasil (2025a). *Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI*. <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>

Brasil (2025b). *Visão Integrada das Dívidas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios*. <https://www.tesourotransparente.gov.br/historias/visao-integrada-das-dividas-da-uniao-dos-estados-do-distrito-federal-e-dos-municipios>

Brasil (2025c). *Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios – SADIPEM*. <https://sadipeem.tesouro.gov.br/sadipeem/private/pages/index.jsf>

Dye, R. A. (2001). An evaluation of “essays on disclosure” and the disclosure literature in accounting. *Journal of accounting and economics*, 32(1-3), 181-235.

Favero, H. L., Lonardoní, M., Souza, C., & Takakura, M. (2006). *Contabilidade: teoria e prática*. Editora Atlas.

Filho, M. F. S., & Moura, T. (2023). Processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público: Uma análise sob a percepção dos profissionais contábeis. *Revista Razão Contábil e Finanças*, 14(1), Jan-Jun.

Iudícibus, S. (2015). *Teoria da Contabilidade*. Atlas.

Marques, L. T., Barbosa, R. R., Vendruscolo, M. I., & Pinheiro, L. E. T. (2022). Implementação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público: Percepção de profissionais contábeis de universidades federais. *Revista Eletrônica de Administração (Online)*, 21(2), Ed. 41, Jul-Dez.

- Mendes, A. R., & Costa, A. J. B. (2022). Inovações na contabilidade pública e controle governamental no Brasil: Uma revisão sistemática da literatura. *RAGC - Revista de Administração e Gestão Contemporânea*, 10(44), 146–161.
- Pereira A. S. et al. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. [free e-book]. Editora UAB/NTE/UFSM.
- Rover, S., Tomazzia, E. C., Murcia, F. D. R., Borba, J. A. (2012).. Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando análise de regressão em painel. *Revista de Administração*, 47(2), 217–230.
- Santos, M. R., & Peixe, B. C. S. (2022). Implementação da nova contabilidade pública na administração pública federal sob a ótica da avaliação dos relatórios de gestão dos anos de 2018 até 2020. *Research, Society and Development*, 11(7), e6611729569. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i7.29569>
- São Paulo – Estado (2025a). *Portal de Transparência*. <https://portal.fazenda.sp.gov.br/acessoinformacao>
- São Paulo – Estado (2025b)). *Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCESP*. Prestação de Contas do Estado de São Paulo dos anos de 2022 e 2023. <https://www.tce.sp.gov.br/>
- Silva, A. A. (2017). *Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis*. Editora Atlas.
- Silva, M. C. (2012). *Demonstrações contábeis públicas: indicadores de desempenho e análise*. Editora Atlas.
- Silva, M. C. (2018). *Contabilidade orçamentária e patrimonial governamental*. Biblioteca 24Horas.
- Silva, M. C., Oliveira, E. J., Celestino, M. S., Holanda, V. B. (2025). Balanço Patrimonial Público: qual a estrutura adequada? *International Journal of Scientific Management and Tourism*, Curitiba, 11(1), 01-19. <https://doi.org/10.55905/ijsmvtv11n1-013>
- Silva, M. C. (2023). Análises do balanço patrimonial da cidade de São Paulo (2021-2022) com suporte da teoria da divulgação. *GeSec - Revista de Gestão e Secretariado*, 14(8), 13181- 13201. <https://doi.org/10.7769/gesec.v14i8.2481>
- Silva, D. R. R., & Leitão, C. R. S. (2020). Demonstrações contábeis no setor público: uma análise da aderência às normas nos municípios da região metropolitana do Recife. *RAGC - Revista de Administração e Gestão Contemporânea*, 8(36), 94–108.
- Silva, M. C., & Oliveira, E. J. (2024). Demonstrações contábeis públicas: o que analisar? *GeSec - Revista de Gestão e Secretariado*, 15(3), 01-20. <https://doi.org/10.7769/gesec.v15i3.3605>
- Silva, M. C., & Oliveira, E. J. (2023). Balanço patrimonial (2021/2022) do Governo Federal: análises com suporte da teoria da divulgação. *GeSec - Revista de Gestão e Secretariado*, 14(10), 17103-17124. <https://doi.org/10.7769/gesec.v14i10.2822>.
- Silva, M. C., Oliveira, E. J., & Celestino, M. S. (2023). Ensaio teórico sobre a teoria da divulgação aplicada ao setor público brasileiro. *GeSec - Revista de Gestão e Secretariado*, 14(10), 2023, p. 18889-18906. <http://doi.org/10.7769/gesec.v14i10.2921>
- Silva, M. C., Oliveira, E. J., & Celestino, M. S. (2024). Balanço patrimonial público: o que analisar? *Revista de Gestão e Secretariado – GeSec*, 15(12), 01-23. São José dos Pinhais, Paraná, Brasil. <https://doi.org/10.7769/gesec.v15i12.4519>
- Silva, G. C. M., Silva, M. C., Oliveira, E. J., & Vieira, L. M. E. R. (2025). Análises do Balanço Patrimonial (2021/2022/2023) da cidade de Natal – RN com suporte da Teoria da Divulgação. *Revista DELOS*, 18(63), e3508. <https://doi.org/10.55905/rdelosv18.n63-028>
- Van Breda, M., & Hendriksen, E. S. (1999). *Teoria da contabilidade*. Editora Atlas.
- Verrecchia, R. E. (2001). Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, 32, 97–180.